

O sindicalismo em São Paulo e sua relação com as manifestações de junho de 2013

Mateus Alves de Mendonça¹

Paula Regina Pereira Marcelino²

IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais – São Paulo/Brasil

Comunicação apresentada no GT10 – Conflitos do trabalho e sindicalismo

Mai de 2018

¹ Bacharel em Ciências Sociais/USP – mateus.a.mendonca@hotmail.com

² Professora doutora do Departamento de Sociologia/USP – prpmarcelino@gmail.com

Introdução

Este *paper* apresenta os resultados da pesquisa, financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP, sobre a relação entre as manifestações de junho de 2013 e as mobilizações dos trabalhadores sindicalizados de São Paulo no período subsequente. Neste artigo discutiremos as relações que três importantes sindicatos paulistanos – o Sindicato dos Bancários, o Sindicato dos Metroviários, o Sindicato dos Metalúrgicos – estabeleceram com essas manifestações de ruas, suas avaliações sobre esses eventos e sobre seus desdobramentos, suas relações com outros movimentos sociais envolvidos mais diretamente nessas manifestações e como buscaram se apropriar e articular as referências à essas manifestações nas suas lutas sindicais seguintes. Demonstraremos como as posições ideológicas dos sindicalistas, suas relações com os governos da época, os tipos de tradição sindical de cada sindicato, os níveis de envolvimento com outros movimentos sociais, o perfil da categoria e os efeitos da estrutura sindical brasileira com suas especificidades locais informaram ou limitaram essa relação. Trata-se, portanto, de um estudo na área da sociologia do sindicalismo que buscou, através de um acontecimento histórico, comprovar a relação entre a conjuntura político-ideológica e a mobilização sindical, fator negligenciado pela parte da bibliografia que decretou a “crise inexorável do sindicalismo” (Boito e Marcelino, 2010).

Por terem mobilizado e sensibilizado boa parte da população³, os impactos das manifestações de junho de 2013 tanto no cenário econômico, quanto no cenário político, cultural e social, são temas de reflexão de toda a bibliografia escrita sobre esse tema. Porém, os sentidos dos seus desdobramentos nas organizações de movimentos sociais, nas manifestações de rua que ocorreram nos meses seguintes e nas concepções ideológicas da população em geral, são alvo de muitas discordâncias na bibliografia. Dentre várias posições existentes, podemos destacar, por exemplo, aqueles que apontaram seus riscos conservadores, como Chauí (2013), os que destacaram o fortalecimento das posições de centro (SINGER, 2013) ou aqueles que acentuaram os aspectos progressistas dos sentidos e consequências dessas manifestações, como por exemplo Braga (2015) e Mattos (2014). Diversos estudiosos do sindicalismo brasileiro (Mattos, 2015; Carneiro, 2015; Ladosky e Oliveira, 2014; Silva, 2015; Braga, 2015; Antunes, 2013) e ativistas tem sugerido como questão central para o estudo dos conflitos no capitalismo contemporâneo brasileiro a relação entre o sindicalismo e movimentos de massa como as

³ De acordo com Lincoln Secco (2013, p. 75) no dia 20 de junho mais de 3 milhões de brasileiros foram às ruas e de acordo com o Ibope (2013) 75% da população nacional era a favor das manifestações.

manifestações de junho de 2013. Os dados sobre o crescimento abrupto de greves em 2013⁴ e os grandes impactos e magnitudes das manifestações de junho de 2013 corroboram essa necessidade.

Nessa pesquisa buscamos investigar empiricamente a tese de Badaró Mattos (2014) de que essas manifestações operaram num “efeito bumerangue”, pois foram antecedidas por greves de trabalhadores e estimularam uma série de outras, tendo assim o movimento sindical nutrido-se das energias de junho. Partindo do pressuposto que as ações dos sindicalistas são bastante informadas tanto por seus posicionamentos políticos, quanto por sua inserção no processo social de produção e por sua base sindical, escolhemos sindicatos ligados a centrais sindicais politicamente divergentes e de diferentes tipos categorias de São Paulo.

Para tal, além de uma revisão bibliográfica sobre as manifestações de junho de 2013 e sobre o sindicalismo brasileiro, foi realizado uma pesquisa de campo qualitativa que envolveu 32 entrevistas semi-dirigidas com sindicalistas e análise de mais de 350 publicações sindicais, dos anos de 2013 e 2014, em três importantes sindicatos paulistas, ligados a centrais sindicais diferentes, sobre suas mobilizações do período de 2013-2014: o Sindicato dos Bancários, o Sindicato dos Metroviários, o Sindicato dos Metalúrgicos. As entrevistas realizadas foram feitas com membros das diretorias executivas, incluindo os três presidentes, e da diretoria de base – contemplando todos os grupos políticos presentes nas diretorias.

As dinâmicas recentes do sindicalismo brasileiro: fragmentação política e recuperação da atividade sindical

Para compreendermos a relação entre o sindicalismo e as manifestações que tomaram as ruas em junho de 2013, é importante discutirmos o quadro no qual o sindicalismo se encontrava nesse período e a situação das disputas políticas entre as diferentes correntes políticas do sindicalismo brasileiro.

Nos anos 2000, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo do Estado colocou novas questões para o sindicalismo brasileiro (Ferraz e Bridi, 2014; Araújo e Oliveira, 2011; Galvão, 2012). Os governos petistas representaram, em maior ou menor grau, uma inflexão na trajetória do neoliberalismo e da flexibilização, principalmente a aplicada por meio da alteração legal (Galvão, 2012; Krein, Santos e Nunes, 2012; Araújo e Oliveira, 2011; Ladosky, Ramalho e Rodrigues, 2014; Dias e Krein, 2015; Boito Jr., Marcelino e Galvão,

⁴ De acordo com o relatório do Dieese (2015), o número de greves em 2013 apresentou um crescimento de 134% em relação ao ano anterior, sendo o maior salto do número de greves já registrado.

2015). Isto, pois deixou de avançar como um projeto político que atingia o conjunto da classe trabalhadora e passou a se localizar em setores específicos, como o funcionalismo público, jovens ingressantes no mercado de trabalho, etc. (GALVÃO, 2012; KREIN, SANTOS, NUNES, 2012).

Contudo, as medidas controversas dos governos petistas, as posições de apoio da CUT e Força Sindical diante do governo (que aproximou estas centrais) e da estratégia do governo de envolver o movimento sindical a partir de organismo tripartites colocaram o cenário sindical brasileiro num processo de reconfiguração (Galvão, 2012). Nesse mesmo sentido, o reconhecimento oficial das centrais estimulou uma fragmentação das centrais, pois possibilitou o financiamento obrigatório e uma série de prerrogativas às ações das centrais. Principalmente depois da adoção de medidas do governo mais desenvolvimentistas a partir de 2005, as centrais como a CUT, CTB, CGTB, NCST, UGT e Força Sindical compreenderam os governos de Lula como aliados e adotaram uma posição mais propositiva, com menor confronto aberto, e que destacava as iniciativas de diálogo do governo, expressos nos fóruns tripartites e negociações. Por outro lado, a CSP-Conlutas e a Intersindical adotaram uma posição crítica em relação ao governo e ao capital, apostando na intensificação da luta e na propagando socialista. Contudo, Galvão (2012) destaca que isso não impediu ações conjuntas entre as centrais em defesa de reivindicações comuns, principalmente pós a crise econômica de 2008.

Segundo Dias e Krein (2015), já no governo Dilma, em um contexto econômico e político mais complicado, a interlocução com o movimento sindical perdeu força e as centrais se dividiram nas estratégias de ações conjunta. Dentre as centrais aqui analisadas, a CUT sempre esteve ao lado dos governos petistas, sendo seu principal apoio e interlocutor no movimento sindical, a CSP-Conlutas, sempre se manteve na oposição à esquerda desses governos, e a Força Sindical se aproximou do governo no segundo mandato de Lula a ponto de publicamente defender a eleição da Dilma Rousseff em 2010, porém se afasta novamente logo nos primeiros anos de mandato da presidenta.

Segundo Boito Jr., Marcelino e Galvão (2015), a participação da maioria do sindicalismo na frente desenvolvimentista dos governos petistas, de um lado, incentivou a moderação política na cúpula do movimento sindical que já vinha do período anterior, devido às alianças entre o movimento sindical e parte do patronato nos meios institucionais criados. E por outro, ao reduzirem o desemprego e avançarem no crescimento econômico, estimularam a luta reivindicativa. Contudo, os autores destacam que isso não significou ausência na participação de conflitos por parte do movimento sindical. Pelo contrário, esses autores

apontam para uma importante recuperação ascendente da ação grevista por parte dos sindicatos durante os governos do PT, além de recuperarem o conteúdo ofensivo das reivindicações e lograrem melhores vitórias nos acordos coletivos.

Nos anos 2000 a recuperação da atividade sindical no Brasil pode ser observada no aumento da atividade grevista desde de 2003, que chegou ao seu pico histórico de 2050 greves em 2013 (DIEESE, 2015). Os autores Boito e Marcelino (2010) retratam que nesse período houve um aumento significativo no número de greves, com destaque a um perfil mais “agressivo” que apresentou majoritariamente reivindicações de caráter ofensivo – contestando a conclusão de Rodrigues (2009, p. 270) de que “os sindicatos hoje limitam-se basicamente a reagir às iniciativas das empresas, tentando evitar a perda de vantagens anteriores”. Além disso, essas greves mais ambiciosas apresentam um alto índice de acordos bem-sucedidos (BOITO, MARCELINO, 2010; DIEESE, 2015). Esses autores também destacam a presença de mobilizações sindicais de massas que se utilizaram de métodos mais agressivos e de maior visibilidade. Entre 2008 e 2012, o crescimento da ação sindical foi ainda mais acentuado, chegando a porcentagem impressionante de 95% dos acordos com reajustes acima da inflação – no ano de 2003 essa porcentagem foi de 18,8% (Boito Jr., Marcelino e Galvão, 2015). Cardoso (2015) aponta que em 2013 foi de 86,2% e em 2014, 91,5%, mantendo em um padrão igualmente alto.

O balanço de greve do Dieese do ano de 2013 aponta que apesar do salto de greves em 2013 ter sido marcado pelo aumento de greves mais curtas (quase metade se encerrou no mesmo dia do início), e pelo aumento de 9% nas greves de advertência e de 6% das greves referentes ao local de trabalho – o que é uma novidade no sindicalismo brasileiro –, as greves volumosas continuaram ocorrendo. Sendo assim, tendo em vista a característica histórica cíclica do movimento sindical, o fim da fase de refluxo da atividade sindical grevista vivido na década de 1990 e início dos anos 2000 corrobora a refutação das teses de declínio inexorável do sindicalismo.

Para além da recuperação da atividade grevista, Galvão (2014a) destaca que as novas disputas entre as centrais sindicais e seus acirramentos, também é uma evidência dessa revitalização sindical. Os autores Boito e Marcelino (2010), Araújo e Oliveira (2011) e Cardoso (2014) apontam para a maior presença e acúmulo de forças de sindicalistas nos espaços institucionais estatais com a chegada do Lula à presidência – o que pode contribuir na eficácia da luta reivindicativa. No mesmo sentido, Krein, Santos e Nunes (2012) alegam que as muitas conquistas sindicais nas negociações coletivas durante esses anos foram um fator importante

no processo de recuperação salarial da classe trabalhadora e contribuíram para o processo de reestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil.

Sendo assim, a nova fase do sindicalismo brasileiro iniciado com os governos Lula não significou uma mudança na orientação política moderada e limitada da maioria da cúpula do movimento sindical – com a exceção da CSP-Conlutas e Intersindical –, que optaram por não desgastar os governos petistas. Apesar de não ter avançado nas reivindicações históricas do movimento sindical em geral, o movimento sindical no plano da luta reivindicativa logrou conquistar aumentos salariais significativos e ampliação dos benefícios trabalhistas na maioria dos acordos coletivos devido às greves de categorias (Boito Jr., Marcelino e Galvão, 2015).

Os sindicatos em São Paulo e as manifestações de junho de 2013

Nessa seção, apresentaremos uma análise comparativa dos três sindicatos aqui estudados, expondo a relação que esses sindicatos estabeleceram (ou não) com as manifestações de junho 2013 tendo em vista o tipo de prática sindical defendida por esses sindicalistas e as posições políticas em relação aos governos e as dinâmicas de lutas locais. Para facilitar uma compreensão comparada da análise de cada sindicato, apresentaremos os resultados obtidos na tabela abaixo:

	Sindicato dos Metalúrgicos	Sindicato dos Bancários	Sindicato dos Metroviários
Ano de fundação	1932	1923	1981
Data-base	1º de novembro	1º de setembro	1º de maio
Tamanho da base da categoria, aproximadamente	260.000	142.000	9.500
Número de filiados, aproximadamente	49.000 (18,8%)	48.000 (33,8%)	7.750 (81,6%)
Porcentagem de filiados, aproximadamente	20%	34%	82%
Piso salarial da categoria⁵	R\$1.350,00	R\$1.976,10/R\$2.669,45 ⁶	R\$1.891,25
Regime de contratação	CLT	CLT	CLT
Periodicidade das publicações oficiais	Mensal	Bi-semanal	Quinzenal e mensal
Central Sindical	Força Sindical	CUT	CSP-Conlutas ⁷
Classificação do tipo de sindicalismo pela	Sindicalismo de Resultados	Sindicalismo Cidadão (luta para influenciar, em	Sindicalismo Radical (oposição à governos

⁵ Dados dos acordos coletivos do ano de 2016.

⁶ Diferença entre o piso dos trabalhadores em escritório e em agência.

⁷ O sindicato não é filiado à CSP-Conlutas, mas foi dirigido politicamente por ela durante 2010-2016.

bibliografia especializada	(conservador plano político-ideológico e, no plano reivindicativo, combina uma ação grevista moderada e pulverizada com um conservadorismo nas negociações)	especial via institucionalidade do Estado, na formulação e execução de políticas públicas para além do mundo do trabalho)	de Estados capitalistas e luta em aliança com demais movimentos sociais anticapitalistas. Distanciamento a participações institucionais e em órgãos tripartites)
Esfera de negociação	Local, com 8 grupos patronais separadamente	Nacional	Regional, diretamente com o Metrô.
Nível de abrangência das greves	Greve por empresa	Greve nacional	Greve por categoria
Nº de diretores	61 diretores, mais aproximadamente 75 assessores	88 diretores	62 diretores
Grupos políticos na diretoria pós-redemocratização	O mesmo grupo político, associado à direita do sindicalismo, que posteriormente fundou a Força Sindical	O mesmo grupo ligado ao PT desde 1985	Desde a fundação até 2010 foi dirigido majoritariamente por grupos ligados ao PCdoB e PT. De 2010 a 2016, dirigido pelo PSTU e PSOL
Grupos políticos na diretoria de 2013/14	Diretores filiados a vários partidos, mas aglutinados pela Força Sindical	Majoritariamente da Articulação/PT, minoria da Intersindical e da CTB.	Maioria ligada à CSP-Conlutas, minoria ligada ao PSOL, e independentes
Dinâmica atual da oposição sindical	Não há oposição	Oposição, ligada à CSP-Conlutas, tem em torno de 30% nas eleições sindicais	Oposição, ligada à antiga direção da CTB e CUT, tem pouco menos da metade dos votos
Modelo político-econômico defendido pela diretoria	Modelo neoliberal, com contradições	Modelo de Estado de bem-estar social	Modelo anticapitalista
Relação com os governos federais do PT	Apoio de 2007 até 2012	Grande apoio desde a candidatura em 2002 até pós- <i>impeachment</i> em 2016	Forte oposição de esquerda após 2010 com a chegada da nova diretoria
Balanço dos governos federais do PT	Com Lula, avanços importantes, mas limitados, e avaliação muito negativa de Dilma	A) Melhores governos da história do Brasil, muitos avanços B) Importantes avanços com limites, conciliações e promessas não cumpridas	Não foram voltados para os trabalhadores e não contemplaram os interesses das classes populares, foram corruptos e de conciliação de classe
Atuação do sindicato durante os governos federais do PT	No campo reivindicativo, mantiveram forte atuação. No campo político, oscilaram entre apoio e oposição	Atuação política de “cautela”, não desejando gerar desgaste, mas também seguiu defendendo reivindicações históricas e pressionando o governo	Após 2010, teve postura de denúncia a medidas neoliberais dos governos petistas e participação em ações nacionais de

		e realizando greves nacionais anuais. Forte atuação gravista, logrando conquistas reivindicativas	exigência a esses governos
Greves durante os governos do PT	Apenas greves locais por empresa	Greves nacionais de 2004 até 2016, no período da data-base	5 a 9.jun.2014 23.mai.2012 2 e 3.ago.2007 14.jun.2007 15.ago.2006 17 e 18.jun.2003
Balanco do movimento sindical durante os governos federais do PT	A) ⁸ Continuou na mesma dinâmica anterior B) Sofreu certa “acomodação”, apesar de continuar fazendo a luta sindical	A) Se aproveitando de melhores condições de negociação, continuou lutando e “empurrando” o governo à esquerda B) “Sindicalismo de chapa branca”, podendo ter pressionado mais	As principais centrais entraram no jogo dos governos e patrões e foram cooptadas via cargos no Estado, abandonando a luta e dando prioridade para mesas de negociações
Apoio e avaliação geral sobre J/13⁹	Não houve apoio oficial do sindicato. A) Nem de direita, nem esquerda, mas era o “povo” contra o sistema político. Apoiaram e creditam a elas efeitos positivos, de direita (como o <i>impeachment</i>) e esquerda (aumento de lutas sociais e na consciência do trabalhador) B) Interessante, com postura de ceticismo e descrédito. Sem efeitos na conjuntura C) Apoio com ressalvas, por ter cooptado pela direita e sido embrião do <i>impeachment</i> D) Forte apoio, J/13 foram de esquerda e tiveram importante impacto progressista na conjuntura e na categoria	Apoio com ressalvas, pois eram manifestações justas, e inicialmente de esquerda. Porém, foram cooptadas pela direita, tendo efeitos regressivos na conjuntura e fortalecendo grupos de direita. As J/13 expressaram um desejo legítimo de querer “ainda mais”, mas colocaram em risco um governo democrático-popular. De modo geral, que não acreditam que essas manifestações de junho de 2013 tenham tido um impacto no movimento sindical ou no sindicato	Apoio irrestrito, do começo até o final. As J/13 foram altamente progressistas e abriram um processo político de ofensiva das lutas sociais populares que ainda se mantém aberto, ainda que esse processo também venha sendo disputado por setores da direita que também se fortaleceram. Todos afirmaram que a vitória de J/13 impactou fortemente a categoria “inflamando-os para se mobilizarem na greve de 2014”.

⁸ As letras A), B), C) e D) representam os conjuntos de diferentes opiniões coletadas em entrevistas em ordem decrescente em número de diretores que as expressaram.

⁹ Nessa tabela, usaremos J/13 como abreviação para “manifestações de junho de 2013”.

Caracterização sobre manifestantes das J/13	A) Povo brasileiro B) Jovens C) Classe média D) Trabalhadores e estudantes	Inicialmente estudantes, depois classe média	Classe trabalhadora e estudantes
Participação do sindicato nas J/13	Nenhum tipo de participação, nem notas ou matérias sobre o assunto	Soltou notas de apoio, participou do Conselho da Cidade defendendo a revogação da tarifa e foi na manifestação do dia 20/06. Se manteve alinhado com as respostas do poder executivo do governo federal às manifestações. A minoria ligada à Intersindical participou de todas as manifestações	Apoio oficial do sindicato. Participou ativamente na organização, divulgação e realização de todas as manifestações com bloco do sindicato. Distribuíram centenas de milhares de <i>Cartas à População</i> contra o aumento e convocando as manifestações. Organizaram uma petição pública contra o aumento. Participaram dos principais jograis durante as manifestações. O presidente do sindicato foi preso durante a primeira manifestação
Participação da categoria nas J/13	Muito pouco. Afirmaram que os filhos de alguns metalúrgicos foram	Pouco, participação maior a partir da manifestação do dia 17/06	Bastante, desde o início, muitos metroviários foram, individualmente ou com o bloco do sindicato
Relação com movimentos sociais não sindicais	Praticamente nenhuma. Alguns diretores afirmaram que pós-2013, o sindicato tem se aproximado de ONGs e associações de bairro	Forte relação com movimentos sociais do campo democrático-popular petista. Relação muito distante com MPL e demais movimentos organizadores de J/13	Pós 2010, forte relação com movimentos sociais anticapitalistas. Relação crescente com MPL de apoio mútuo, que atingiu seu ápice durante J/13 (considerando-se como o principal aliado do MPL durante o período). Pós J/13 e em 2014, organizaram conjuntamente novas manifestações e campanhas

Referências de J/13 nas mobilizações seguintes da categoria	Apenas na estética do slogan/adeseivo escolhido para a Campanha Salarial de 2013 ¹⁰	Referência estética e no slogan da Campanha Salarial de 2013 ¹¹	Na Campanha Salarial de 2013, incorporaram a pauta contra o aumento da tarifa (palavra de ordem central no colete da campanha). Na Campanha Salarial de 2014, incorporaram a luta pela tarifa zero na pauta de reivindicação da categoria e elegeram “Transporte Padrão FIFA” como mote da campanha (em clara referência à J/13). A Campanha Salarial (e consequente greve) de 2014 foi abertamente propagada como “continuação do processo de J/13”
Greves seguintes à J/13	A Campanha Salarial de 2013 foi muito semelhante em estilo e intensidade aos anos anteriores	A Campanha Salarial de 2013 teve um aumento de 20% no número de agências paradas no 1º dia em relação ao ano anterior ¹² .	A Campanha Salarial de 2014 resultou na maior greve da categoria desde 1986 em duração, apoio da categoria e nível de enfrentamento com a polícia, Metro e governo do Estado

Conclusão sobre as hipóteses da pesquisa

Nessa seção discutiremos, à luz das análises aqui apresentadas, as considerações sobre as hipóteses que guiaram nossa pesquisa.

Tendo em vista que, de fato, essas manifestações ocorreram num cenário de recuperação acentuada da atividade sindical, dentre os três sindicatos estudados, podemos apontar que apenas um apresentou uma relação direta com o surgimento dessas manifestações – o Sindicato dos Metroviários de São Paulo. Ainda que não seja possível averiguar o impacto

¹⁰ Mostrado no Anexo I

¹¹ Mostrado no Anexo I

¹² Folha Bancária, n. 5690.

das ações desse sindicato para a construção das manifestações de junho de 2013, a sua relevância é reconhecida tanto pelos diretores do sindicato que afirmaram isso em entrevista, quanto pelo MPL que em suas notas sempre reafirmou a importância de aliar os usuários com os trabalhadores dos transportes na luta pela tarifa zero.

A direção eleita no Sindicato dos Metroviários de São Paulo em 2010 buscou uma aproximação com o MPL na luta pelo transporte público na cidade de São Paulo – a cidade em que o MPL teve fôlego para iniciar as manifestações contra o aumento em 2013. Podemos supor que essa aproximação teve sua importância para fortalecer a luta do MPL na cidade, uma vez que foram realizadas diversas atividades em conjunto nesse período. Mais especificamente em 2013, o sindicato utilizou coletes durante um mês contra o aumento da tarifa, realizou um abaixo-assinado em seu site e distribuiu mais de 270 mil Cartas Abertas à População contra o aumento da passagem e convocando às manifestações. Como afirmado pelos autores Lima e Artiles (2014) e Estanque (2009), há certa complementariedade entre sindicatos e movimentos sociais que fortalece a atuação de ambas quando articulados em processos concretos de lutas.

No que diz respeito ao segundo movimento do “efeito bumerangue”, de fato foi possível aferir que, com muita desigualdade, as manifestações de junho de 2013 chegaram nas lutas e greves dos três sindicatos aqui analisados, como defendido por Mattos. Primeiro, em pequeno grau, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, não houve nenhum tipo de participação direta nas manifestações de junho de 2013, nem algum acompanhamento mais próximo dessas manifestações e nem menção a elas nas publicações oficiais, porém essas manifestações passaram a ser uma referência nos discursos e nos trabalhos de base dos diretores desse sindicato como uma luta exemplar a ser seguida. Além disso, a imagem utilizada nos cartazes e adesivos da Campanha Salarial 2013 era uma clara referência estética às manifestações de junho de 2013. Não foi possível notarmos nenhuma mudança na dinâmica da campanha salarial posterior a essas manifestações. Ao serem questionados se essas manifestações impactaram o sindicalismo, a maioria dos diretores entrevistados afirmou que não. Já aqueles que afirmaram positivamente apontaram que essas manifestações incentivaram as lutas no país, porém ao serem questionados se essas manifestações impactaram o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, todos afirmaram que não, pois “o sindicato sempre fez luta e continuou fazendo”.

Também em pequeno grau, o Sindicato dos Bancários de São Paulo se relacionou de forma indireta com as manifestações de junho de 2013, não tendo participado oficialmente de nenhum dos atos ou reuniões de organização. Porém, o sindicato acompanhou de perto esses acontecimentos, principalmente através da CUT que já possuía certa interlocução com o MPL, e dedicou matérias em 4 edições do *Folha Bancária* para discutir essas manifestações com a

categoria. Além disso defenderam a revogação do aumento em sua participação no Conselho da Cidade para discutir o tema. Na última manifestação, do dia 20/06/2013, a maioria da diretoria participou com faixas e bandeiras do sindicato, da CUT e do PT, pois ambas convocaram seus militantes aos atos. Ainda que a diretoria tenha expresso em entrevistas e nas publicações da *Folha Bancária* muita desconfiança em relação ao balanço dessas manifestações, o sindicato se utilizou da estética dessas manifestações nas publicações sobre a Campanha Salarial 2013 e se utilizou de palavras de ordem que foram características dessas manifestações como mote principal da greve desse ano. Além disso, não foi possível observarmos nenhuma grande mudança em relação às dinâmicas de lutas e greves dos anos anteriores à 2013, pois o sindicato vinha numa sequência de greves nacionais anuais desde 2004, o que continuou até 2016. Ao serem questionados se essas manifestações impactaram o movimento sindical no Brasil ou o próprio Sindicato dos Bancários de São Paulo, todos os diretores entrevistados afirmaram que não.

Por fim, distintamente dos outros dois sindicatos, o Sindicato dos Metroviários de São Paulo teve uma forte participação com as manifestações de junho de 2013 e teve sua dinâmica de lutas e greves bastante impactada por essas manifestações. Primeiro, podemos inferir que a participação do sindicato com certo protagonismo nessas manifestações, a contragosto inicial de alguns setores da categoria, aumentou a confiança política da categoria na direção do sindicato, uma vez que essas manifestações conquistaram amplamente a opinião pública no segundo momento de massificação e nacionalização dessas manifestações. No período seguinte às manifestações, o sindicato manteve forte relação com o MPL com diversas ações conjuntas. No mês seguinte, o sindicato levou para o Dia Nacional de Lutas a pauta por um transporte público estatal, de qualidade e controlado pelos trabalhadores, incorporando a pauta da redução da tarifa rumo à tarifa zero. Essa nova pauta passou a fazer parte da lista de reivindicações das lutas do sindicato no período subsequente, incluindo na greve de 2014. Além disso, o sindicato convocou novas manifestações junto com o MPL, no segundo semestre de 2013, contra o caso de corrupção do Propinoduto Tucano, contra a política de privatizações, de terceirizações e contra as tarifas no transporte público – vale lembrar que o tema da corrupção também esteve presente nas manifestações de junho de 2013 no momento de massificação e principalmente no terceiro momento de dispersão dessas manifestações.

No ano seguinte, balizados pela leitura de que as manifestações de junho de 2013 tinham mudado correlação de força entre governos e patrões e a classe trabalhadora favoravelmente, o sindicato armou a maior greve da categoria desde 1986. Pela proximidade da data base da categoria com a abertura da Copa do Mundo de Futebol, o sindicato mobilizou o

questionamento dos grandes investimentos estatais na realização de megaeventos em detrimento do investimento em serviços públicos, pauta muito presente nas manifestações de junho de 2013 – se apropriando inclusive da palavra de ordem “transporte padrão FIFA” que surgiu nessas manifestações. Essa greve, como já demonstrado, teve uma influência das manifestações de junho de 2013 – inclusive fazendo com que hoje muitos diretores façam o balanço de que a diretoria foi embalada demasiadamente pelos “ânimos de junho”.

Nossas hipóteses secundárias se mostraram bastante adequadas para compreendermos essa grande desigualdade na forma como cada sindicato se relacionou e foi impactado pelas manifestações de junho de 2013. Primeiro, a hipótese secundária de que sindicatos ligados a centrais sindicais politicamente divergentes e de diferentes categorias de São Paulo assimilaram e se relacionaram com as manifestações de junho de 2013 de modo distinto foi confirmada. E nos parece que as diferenças político-ideológicas entre as centrais em questão, a Força Sindical, a CUT e a CSP-Conlutas, são relevantes para compreender essa desigualdade. A partir da análise dos três sindicatos, foi possível perceber que as ações dos sindicalistas são bastante informadas por seus posicionamentos políticos e concepções ideológicas, que são muito próximas daquelas defendidas pelas centrais sindicais em que se referenciam. Vale a pena lembrarmos que esses sindicatos paulistanos, por serem protagonistas no cenário sindical nacional, são vitrines importantes das políticas, discursos e concepções para cada uma das centrais envolvidas. Como afirmado por Galvão (2014b, p.18) as concepções político-ideológicas diferentes dos sindicatos “fazem com que eles sejam mais próximos ou distantes dos movimentos sociais, priorizem determinadas reivindicações e formas de luta, circunscrevam seu espaço de atuação ao campo propriamente sindical ou o ampliem em direção ao campo político e ao “espaço de movimentos sociais”.

Outra questão levantada nessa hipótese secundária é a influência que a inserção no processo social de produção das suas bases sindicais exerce sobre os posicionamentos políticos das direções sindicais – tese defendida por Galvão, Marcelino e Trópia (2015). Acreditamos que o fato da categoria metalúrgica ser majoritariamente periférica, trabalhar longas e exaustivas jornadas de trabalho e, portanto, não ter participado das manifestações de junho de 2013 – ainda que tenha apoiado – favoreceu o distanciamento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo dessas manifestações. Por sua vez, o fato da categoria bancária ser majoritariamente de classe média e conservadora, tendo participado apenas no momento de massificação e no de dispersão dessas manifestações levantado pautas as vezes contraditórias do ponto de vista ideológico, também reforçou a análise do Sindicato dos Bancários de São Paulo de que se tratava de manifestações de classe média e com a presença de setores de direita,

umentando a desconfiança da direção do sindicato em relação a essas manifestações. E por último, a tradição da categoria metroviária de luta pela pauta do transporte fez com que grande parte da categoria apoiasse e participassem dessas manifestações, o que por sua vez também impeliu o sindicato a se envolver mais profundamente com essas manifestações.

Isso se liga à nossa outra hipótese secundária de que a estrutura sindical de Estado cumpriu um papel importante nessa relação entre as manifestações de junho de 2013 e o movimento sindical. Acreditamos ser possível defender, tendo em vista as análises aqui apresentadas, que os efeitos dessa estrutura informaram tanto o modo como o movimento sindical organizado participou dessas manifestações de rua, quanto em suas mobilizações grevistas subsequentes, principalmente no sentido de arrefecer os “ânimos” trazidos pelas manifestações e de impor dificuldades em assimilar muitos conteúdos presentes nessas manifestações. Apesar do movimento sindical brasileiro estar sujeito às diferentes conjunturas, como aqui demonstrado e como consta na confirmação da nossa hipótese central, suas possibilidades de ação – e inovação – são estrangidas pela estrutura sindical e seus efeitos são determinantes na vida sindical e na intervenção e controle do Estado sobre essa.

Ter em vista as limitações impostas pela estrutura sindical nos ajuda a compreender o porquê do sindicalismo, apesar de ser o maior movimento popular no Brasil, não ter conseguido ser protagonista nas maiores manifestações de rua do séc. XXI no país, nem no momento posterior¹³. E mesmo os sindicatos que buscaram aprofundar as relações com as massivas manifestações de rua, devido também à estrutura sindical, ficaram aquém do que esperavam ou gostariam. A análise sobre a estrutura sindical nos leva a compreender a forte possibilidade de intervenção – e repressão – do Estado sobre os sindicatos mais combativos, a ideologia populista da legalidade sindical e apego ao Estado, as modalidades próprias de ação reivindicativas corporativistas tuteladas pela Justiça do Trabalho, a fragmentação dos sindicatos em pequenas categorias, a relação frouxa e inorgânica entre trabalhadores e sindicato, a imposição do ritmo e *timing* da atividade grevista e o predomínio de correntes sindicais pelegas à nível nacional. Todas essas questões dificultaram o sindicalismo de estabelecer uma relação relevante com os movimentos sociais durante as manifestações de junho de 2013 – de modo a influenciar nas manifestações ou disputá-las. Praticamente todos os diretores entrevistados, dos três sindicatos, afirmaram que aquelas manifestações poderiam ter sido diferentes – e muito mais proveitosas para as classes trabalhadoras – caso tivessem sido dirigidas ou influenciadas pelo movimento sindical.

¹³ O ano de 2017, com a realização de 2 greves gerais pode apontar para uma alteração nisso.

Por fim, apontamos que o problema de pesquisa aqui levantado pode, e deve, ser mais investigado em pesquisas futuras. Em nossa pesquisa, analisamos apenas como alguns grandes e tradicionais sindicatos, na cidade de São Paulo, se relacionaram com as manifestações de junho de 2013. A relação dessas manifestações, que tiveram grande heterogeneidade regional, com sindicatos de outras regiões do Brasil, com movimentos grevistas que passaram por fora, e à revelia, dos sindicatos oficiais do Estado em 2013 e 2014, e com pequenos sindicatos sem grande tradição de ação grevista (apontados pelo DIEESE (2015) como a principal novidade no salto de greve de 2013) ficaram de fora da nossa pesquisa e devem ser analisadas em novas pesquisas. Ademais, destacamos a necessidade de o campo dos estudos do sindicalismo aprofundar as pesquisas sobre a relação entre o sindicalismo e os demais movimentos sociais, uma vez que esta é uma importante via para a revitalização e fortalecimento do protagonismo político e social dos sindicatos (DIAS e KREIN, 2015).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. (2013). As rebeliões de 2013. **Observatório Social da América Latina**. Buenos Aires, nº 34, p. 37 – 49.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Vêras. (2011). El sindicalismo brasileño em la era de Lula. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v.1, nº8, p. 83 - 112.

BRAGA, Ruy. (2015). **Pulsão Plebeia**: trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo: Alameda.

BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. (2015). La nouvelle phase du syndicalisme brésilien (2003-2013). **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, n.80, p. 145-164.

BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. (2010) O sindicalismo deixou a crise para trás?: um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**. Vol.23, n.59, p. 323-338.

CARDOSO, Adalberto. (2014). Sindicato no Brasil: passado, presente e futuro. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho: horizonte 2021**. Porto Alegre: Escritas Editora, p. 121 – 145.

CARNEIRO, Bia. (2015). Quando sindicatos e movimentos sociais caminham lado a lado: alianças para a revitalização do sindicalismo. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 421, fev 2015.

CHAUÍ, Marilena. (2013). As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. **Teoria e Debate**. Edição 113. Publicado em 27 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>>. Acessado em: 07 out. 2015.

DIAS, Hugo; KREIN, José Dari. (2015). Sindicalismo Brasileiro na encruzilhada? Fortalecimento da ação corporativa vs protagonismo social e político. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia.

DIEESE (2015). Balanço das greves em 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FERRAZ, Marcos; BRIDI, Maria Aparecida. (2014) Olhares sindicais sobre o governo Lula: a percepção dos dirigentes sindicais. In: OLIVEIRA, R; BRIDI, M. A; FERRAZ, M.. (Org.). **Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, v. 1, p. 87-114.

GALVÃO, Andréia. (2012). A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. In: BOITO JR., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 187-221.

GALVÃO, Andréia. (2014a). A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. In: **Revista Crítica Marxista**, vol. 38, São Paulo, p. 103-117.

GALVÃO, Andréia. (2014b). O sindicalismo enquanto movimento social: enfrentando rupturas e dicotomias. In: 38. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Anais do 38. Encontro Anual da ANPOCS.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira Tardelli. (2012) Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/biblioteca/trabalho-no-governo-lula-avan%C3%A7os-e-contradi%C3%A7%C3%B5es>>. IE/UNICAMP, Campinas, n. 201. Acesso em: 06 dez 2015.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Íram Jácome. (2014). A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000 In: OLIVEIRA, Roberto Veras; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos (orgs.). **Sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço. Cap. 2. p. 61-85.

LADOSKY, Mario Henrique; OLIVEIRA, Roberto Verás de. (2014). O novo sindicalismo pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, p. 147-170.

MATTOS, Marcelo Badaró. (2014) As lutas da classe trabalhadores no Brasil dos “mega-eventos”. **Observatório Social da América Latina**. Buenos Aires, nº 36, p. 215 – 226, 2014.

SILVA, Thamires Cristina. (2015). “Em Busca Das Ruas Perdidas”: A Participação Do Movimento Sindical Nas Manifestações De Junho (2013). **Revista Movimentação**, v. 2, p. 28-49.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2009). **O Destino do Sindicalismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

SINGER, André. (2013). Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. **Revista Novos Estudos – CEBRAP**, nº 97, São Paulo, nov. 2013.

ANEXO I: Imagens das campanhas salariais de 2013 do Sindicato dos Bancários de São Paulo e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo



Imagem retirada da capa do jornal *Folha Bancária* nº 5673 de 30 e 31 de julho de 2013



Imagem retirada da capa do jornal *Folha Bancária* nº 5680 de 22, 23 e 26 de agosto de 2013



Imagem retirada da capa do jornal *Folha Bancária* nº 5686 de 12 de setembro de 2013



Imagem do adesivo da Campanha Salarial 2013 do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo